

As mudanças que favorecem os credores

A nova rodada de conversações do governo brasileiro com credores e instituições internacionais começa num momento em que há um conjunto de fatores que podem favorecer o país, entre os quais indicações precisas de que os bancos hoje estão numa situação melhor do que a de dois anos atrás.

Amanhã, o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, diplomata Sérgio Amaral, reúne-se com o comitê de assessoramento dos bancos credores, na tentativa de chegar a um acordo que evite a moratória a partir do próximo dia 15, quando vence uma parcela de US\$ 1,65 bilhão de juros. Na próxima semana, devem ser retomadas as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a respeito das metas das contas públicas e da inflação para este ano.

A área econômica do governo estima que, para poder preservar as reservas nos níveis atuais, da ordem de US\$ 6,5 bilhões, o Brasil necessitará do ingresso de US\$ 3 bilhões até o final do ano. Esse dinheiro já estava negociado junto a diversas fontes (FMI, Banco Mundial, governos e bancos particulares), mas sua liberação depende de um acordo prévio com o Fundo, o que não ocorreu até agora. Nessa situação, o governo brasileiro condicionou os pagamentos externos à manutenção das reservas no nível em que elas se encontram hoje.

Desde que as autoridades brasileiras adotaram essa posição, no início de julho, tanto o governo norte-americano (por intermédio do secretário do Tesouro, Nicholas Brady, e do subsecretário, David Mulford), como dirigentes de bancos credores (particularmente o presidente do Citicorp, John Reed) vêm pressionando o FMI no sentido de se chegar a esse acordo, indispensável — pelo menos nas condições atuais — para evitar que o Brasil atrase os pagamentos externos.

O acordo prévio, de fato, representa uma garantia de que o governo do país devedor se compromete a adotar um conjunto de medidas destinadas a colocar sua economia em ordem. Ao mesmo tempo em que cria condições para se fazerem os pagamentos devidos, a adoção dessas medidas abre a possibilidade para a concessão de novos empréstimos.

Mas a situação não pode ser invertida? Não seria possível, por exemplo, reduzir o peso da dívida sobre os países devedores e só então, oferecido esse alívio, exigir deles o cumprimento de determinadas metas? A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) divulgou ontem, em Genebra, seu relatório anual defendendo exatamente essa inversão no processo.

Como argumento em favor de sua tese, os economistas da Unctad lembram a situação da Argentina. Lá, eles dizem, a desordem econômica chegou a tal ponto que os programas de estabilização resultantes dos acordos com o FMI não podem ser implementados sem uma prévia redução dos ônus da dívida. O México conseguiu reduzir a inflação e os déficits orçamentários, reconhece a Unctad. Mas não será perigoso exigir isso dos demais países devedores?, indaga.

No ano passado, a Unctad foi a primeira organização internacional a pedir a redução da dívida dos países em desenvolvimento. Em março deste ano, o secretário norte-americano Nicholas Brady propôs um plano para permitir essa redução. Esse plano, como dissemos na época, representou uma enorme mudança em relação à forma como a questão da dívida vinha sendo tratada. Adotou-se o enfoque político, no qual predomina a preocupação com a situação econômica dos países devedores, que em determinadas circunstâncias pode ameaçar a estabilidade política; abandonou-se o enfoque financeiro, no qual a preocupação maior era a defesa dos interesses dos bancos credores.

Essa mudança de postura de Washington foi claramente exposta por um estudo realizado pela empresa norte-americana Moody's Investors Service, tema de recente reportagem da **Gazeta Mercantil**. De acordo com o estudo, a mudança de enfoque do governo norte-americano deveu-se não apenas à necessidade de dar aos países devedores condições para que cresçam e possam, assim, pagar suas dívidas, mas também porque o Plano Baker (anunciado em 1985 pelo então secretário do Tesouro, James Baker) de oferta de dinheiro novo a esses países não funcionou e hoje os bancos estão em condições de aceitar a redução da dívida.

Outro estudo realizado por uma instituição norte-americana — o banco de investimentos Salomon Brothers — mostra que os 14 maiores bancos dos EUA venderam um expressivo volume de dívidas dos países em desenvolvimento e, por isso, estão menos vulneráveis (sua posição, entretanto, não é tão confortável quanto a dos bancos europeus). Entre 1987 e 1989, a carteira de dívidas do Terceiro Mundo desses bancos caiu de US\$ 51,9 bilhões para US\$ 42,5 bilhões. Em junho de 1987, a relação dívida do Terceiro Mundo sobre capital próprio desses bancos estava em 130%; em junho último, 75%. Em média, os grandes bancos não correm mais o risco de falir se não receberem o que os países em desenvolvimento lhes devem (só em quatro deles a dívida é superior ao capital).

Compreende-se, por isso, que o governo norte-americano venha forçando os bancos a

aceitarem acordos — como o assinado com o México — que prevejam a redução da dívida. E a pressão deve continuar. Na próxima semana, o Congresso dos EUA começa a discutir uma medida ainda mais dura com os bancos: projeto de dois deputados democratas prevê punições aos bancos que não reescalonarem a dívida do Terceiro Mundo. Essas seguidas mudanças no tratamento da dívida externa indicam que agora é a vez dos devedores.